



ESTRATÉGIA DE  
DESENVOLVIMENTO  
**LOCAL**  
**2030**  
ALENTEJO CENTRAL

**RELATÓRIO DOS  
WORKSHOPS TEMÁTICOS**  
PARA A CONSTRUÇÃO DA  
EDL 2030: O LOCAL + PRÓXIMO

**ÍNDICE**

8	INTRODUÇÃO	44	<b>5. AGRICULTURA</b>
10	<b>1. GAL ALENTEJO CENTRAL</b>	45	<b>5.1 Agricultura e desenvolvimento rural</b>
11	1.1 Breve caracterização do GAL Alentejo Central na EDL 2014-2020	46	5.1.1 Novas tendências de desenvolvimento na agricultura e desenvolvimento rural
14	<b>2. METODOLOGIA</b>	46	5.1.2 Novas tendências de investimento na agricultura e desenvolvimento rural
15	2.1 Objetivos	47	5.1.3 Necessidades na agricultura e desenvolvimento rural
15	2.2 Destinatários	48	5.1.4 Quais as apostas do setor do público na agricultura e desenvolvimento rural
16	2.3 Técnicas e recolha de informação	50	<b>5.2 Análise swot sobre a agricultura e desenvolvimento rural no território do Alentejo Central</b>
17	2.4 Método de discussão e análise das informações	51	5.2.1 Oportunidades para o desenvolvimento da área
17	2.5 Cronograma	51	5.2.2 Fatores inibidores para o desenvolvimento da área
18	<b>3. TURISMO</b>	52	5.2.3 Ameaças para o desenvolvimento da área
19	3.1 Dinâmicas do Turismo em espaço rural	53	5.2.4 Forças para o desenvolvimento da área
20	3.1.1 Novas tendências de desenvolvimento nas dinâmicas do turismo em espaço rural	54	<b>6. INOVAÇÃO SOCIAL</b>
22	3.1.2 Novas tendências de investimento para as dinâmicas do turismo em espaço rural	55	<b>6.1 Inovação Social</b>
24	3.1.3 Necessidades nas dinâmicas do turismo em espaço rural	57	6.1.1 Novas tendências de desenvolvimento na inovação social
26	3.1.4 Quais as apostas do setor público nas dinâmicas do turismo em espaço rural	58	6.1.2 Novas tendências de investimento na inovação social
28	3.2 Análise SWOT às dinâmicas do turismo em espaço rural, no Alentejo Central	59	6.1.3 Necessidades para a inovação social
29	3.2.1 Oportunidades para o desenvolvimento da área	60	6.1.4 Apostas do setor público na inovação social
29	3.2.2 Fatores inibidores para o desenvolvimento da área	61	<b>6.2 Análise swot à inovação social no território do Alentejo Central</b>
30	3.2.3 Ameaças para o desenvolvimento da área	61	6.2.1 Oportunidades para o desenvolvimento da área
31	3.2.4 Forças para o desenvolvimento da área	61	6.2.2 Fatores inibidores para o desenvolvimento da área
32	<b>4. ECONOMIA VERDE E CIRCULAR</b>	62	6.2.3 Ameaças para o desenvolvimento da área
33	4.1 Previsibilidade de crescimento	62	6.2.4 Forças para o desenvolvimento da área
35	4.1.1 Novas tendências de desenvolvimento na economia verde e circular	64	<b>7. AVALIAÇÃO DA INICIATIVA</b>
36	4.1.2 Novas tendências de investimento na economia verde e circular	65	7.1 Resultados do inquérito por questionário sobre avaliação da iniciativa
37	4.1.3 Necessidades na economia verde e circular	68	<b>8. ANEXOS</b>
38	4.1.4 Apostas do setor público na economia verde e circular	69	<b>8.1 Anexo 1 – Registo de presenças</b>
39	4.2 Análise Swot às novas formas organizacionais ajustadas a uma economia verde e circular	69	8.1.1 Registo de presenças 1º Workshop
40	4.2.1 Oportunidades para o desenvolvimento na área	70	8.1.2 Registo de presenças 2º Workshop
40	4.2.2 Fatores inibidores para o desenvolvimento na área	71	8.1.3 Registo de presenças 3º Workshop
41	4.2.3 Ameaças para o desenvolvimento da área	72	8.1.4 Registo de presenças 4º Workshop
42	4.2.4 Forças para o desenvolvimento da área	74	<b>8.2 Anexo 2 – Inquérito por questionário: Avaliação da iniciativa</b>
		76	BIBLIOGRAFIA
		77	FICHA TÉCNICA

**ÍNDICE DE ABREVIATURAS**

**CIMAC** Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

**DMC** *Destination Management Company*  
(português: empresa inserida no turismo local de uma cidade que se encarrega de auxiliar uma outra empresa que deseja realizar eventos corporativos e viagens de incentivo).

**EDL** Estratégia de Desenvolvimento Local

**FEADER** Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

**FEDER** Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

**FSE** Fundo Social Europeu

**GAL** Grupo Ação Local - Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, ACE

**ONG** Organização Não Governamental

**PDR 2020** Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020

**PEPAC** Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

**PORTUGAL 2030** Portugal 2030 - Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027

**PRR** Programa de Recuperação e Resiliência

**SWOT** Matriz Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats  
(português: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças)

# INTRODUÇÃO

O Monte ACE é uma organização sem fins lucrativos dedicada ao desenvolvimento sustentável e inclusivo das comunidades rurais. Tem presença significativa na região e mantém várias parcerias de desenvolvimento. É uma ONG confiável e comprometida com os seus objetivos. Trabalha para promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo das comunidades rurais na região, tornando-se num parceiro valioso para outras organizações e instituições locais.

Da necessidade do GAL Alentejo Central proceder à atualização participada do diagnóstico de necessidades nas áreas de especialização produtiva do território, nasceu a necessidade de realizar um conjunto de workshops temáticos. Assim, o Monte ACE, entidade gestora do GAL Alentejo Central, criou uma dinâmica que teve o intuito de reunir um conjunto alargado e diversificado de agentes locais ligados às diferentes temáticas, com vista a uma reflexão conjunta. As dinâmicas do turismo em espaço rural; as novas formas organizacionais ajustadas a uma economia verde e circular; a agricultura e desenvolvimento rural, bem como a inovação social, foram as temáticas desenvolvidas. Identificar os principais desafios que se colocam no próximo ciclo de programação dos fundos públicos disponíveis, dentro dos temas selecionados, foi a meta definida. As necessidades dos setores emergentes no tecido produtivo local, bem como as potencialidades desta sub-região foram as linhas condutoras da ação.

Pretende-se assim identificar as melhores áreas de intervenção tendo em vista o desenvolvimento e/ou incentivo para a melhoria ou criação de novos projetos que apostem no progresso local, na conseqüente fixação de mão de obra, particularmente a mais jovem.

Os territórios de baixa densidade não são competitivos. Contudo, alguns produtos e empresas podem ser. As políticas públicas devem ser orientadas para os territórios para que estes sejam sustentáveis. As associações de desenvolvimento local, bem como os consórcios como o Monte ACE, com os atores locais, assumem um papel determinante.

Não raras vezes as políticas públicas não são ajustadas à realidade dos territórios e da sua diversidade. Desta forma, dinâmicas desta natureza, onde as ideias e os projetos nascem da discussão junto com os atores locais, assumem particular importância. São as pessoas que estão no terreno, que lidam diariamente com as suas particularidades e vicissitudes dos seus territórios que melhor conhecem a realidade local e por isso devem ter um papel ativo na definição e desenho das suas políticas. Foi assente nesta premissa que o Monte ACE, entidade gestora do GAL Alentejo Central, proporcionou o desenvolvimento dos workshops com o intuito, numa fase inicial, de melhor compreender as necessidades do território e dos seus agentes locais, para depois poder objetivar aquilo que é ambicionado.

# 1. GAL ALENTEJO CENTRAL

## 1.1 BREVE CARATERIZAÇÃO DO GAL ALENTEJO CENTRAL NA EDL 2014-2020

O GAL Alentejo Central é uma parceira informal criada em 2014, composta por 60 entidades representativas dos sectores económico e social da região do Alentejo Central. Reúne os dez municípios da sua área de abrangência, bem como a CIMAC, e um conjunto vasto de entidades privadas de áreas como: social (28,3%); Local, Comunitário e Ambiente (26,7%); Agricultura (10%); banca e empresas (5%); Turismo (3,3%) e ensino (3,3%). O GAL Alentejo Central é assim constituído, na sua maioria, por entidades do setor privado.

O GAL Alentejo Central é uma parceria entre diversas entidades como: Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro, CIMAC, Entidade Regional do Turismo, Universidade de Évora, Liga dos Pequenos Agricultores de Montemor-o-Novo, NERE e o Monte ACE. Este último assume as funções de entidade gestora.

A estratégia de desenvolvimento local concorre para o aumento da riqueza e do bem-estar gerados, bem como para a promoção da coesão social, na região Alentejo, até 2023. Pretende ainda contribuir para o aumento da competitividade, dos níveis de bem-estar, inovação e coesão social.

Relativamente às metas da estratégia de desenvolvimento local entre 2014-2020, importa referir que quando foi formalizada a estratégia do GAL Alentejo Central, junto com o Ministério da Agricultura e depois mais tarde com o Programa Operacional do Alentejo, foram mobilizados 9.631.710€ (fundos do FEADER, FEDER, FSE) e tinham como objetivo aprovar 348 projetos. A 31 de dezembro de 2022 verificou-se um crescimento significativo dos fundos que foram disponibilizados, passando a ter uma dotação de 20.378.727€. Importa referir que o maior crescimento advém do FSE, devido à medida de incentivos à criação de emprego, conforme quadro n.º 1. Foi ainda verificado um aumento significativo no número de projetos aprovados 587, face ao planeado, bem como, ao número de postos de trabalho criados.

QUADRO N.1: Metas e Resultados da EDL 2014-2020 (dados a 31.12.2022)

	FUNDOS 2014	PROJETOS A APROVAR	INVESTIMENTO 2014	POSTOS TRABALHO A CRIAR	FUNDOS 2022	PROJETOS APROVADOS	INVESTIMENTO 2022	POSTOS TRABALHO CRIADOS
FEADER	4.745.520 €	255	9.836.719 €	19	6.741.861€	268	11.655.000 €	28
FEDER	3.294.796 €	66	6.318.256 €	59	3.728.593€	131	9.721.224 €	64
FSE	1.591.394 €	27	2.352.941 €	6	9.908.273€	188	11.656.792 €	122
<b>EDL TOTAL</b>	<b>9.631.710 €</b>	<b>348</b>	<b>18.507.916 €</b>	<b>84</b>	<b>20.378.727€</b>	<b>587</b>	<b>33.033.016 €</b>	<b>214</b>



## 2. METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os objetivos e os destinatários da ação, bem como as opções metodológicas adotadas. Descrevemos, assim, os procedimentos desenvolvidos. Através da metodologia adotada foi possível reunir um vasto conjunto de informações sobre o contexto desta ação e uma melhor sistematização dos mesmos.

### 2.1 OBJETIVOS

- > Reconhecer o direito das pessoas (ou seus representantes), das empresas e das instituições do território Monte ACE em participarem no processo de desenvolvimento.
- > Auscultar os principais atores do território sobre os setores emergentes no tecido produtivo regional e local, sobre os vários sistemas com que interagem no seu cotidiano, a fim de promover o direito a serem ouvidos em temas que diretamente influenciam a vida das comunidades locais.
- > Ativar competências pessoais e sociais através da criação de um espírito de proximidade e de equidade entre todos os participantes e a promoção da participação cívica.
- > Promover o diálogo entre entidades públicas e privadas com responsabilidade nas diversas áreas da intervenção, bem como das opiniões, críticas e desejos das pessoas, das empresas e das instituições do território Monte ACE.
- > Dar visibilidade às temáticas abordadas.

### 2.2 DESTINATÁRIOS

Esta iniciativa teve como destinatários os principais atores do território (públicos e privados) dos setores emergentes no tecido produtivo regional e local. A listagem de participantes, por workshop temático realizado, pode ser consultada no anexo 1.

## 2.3 TÉCNICAS E RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Para a realização deste trabalho foram organizados quatro workshops temáticos: **I)** Dinâmicas do turismo em espaço rural; **II)** Novas formas organizacionais ajustadas a uma economia verde e circular; **III)** Agricultura e Desenvolvimento Rural e **IV)** Inovação Social. Os diferentes grupos temáticos refletiram e apresentaram sugestões para cada área.

As temáticas selecionadas são aquelas que vêm sendo discutidas nos vários momentos dinamizados pelo MONTE ACE, quer a nível local, quer a nível sub-regional. Realça-se o facto que as definições dos temas selecionados vão ao encontro da definição da estratégia territorial do MONTE ACE para a nova programação de fundos. Houve assim a intenção de garantir a continuidade e a visibilidade do trabalho desenvolvido a nível local e sub-regional.

Foram definidas um conjunto de questões, pelo Monte ACE, com o intuito de serem respondidas ao longo da dinamização destes workshops, para melhor conhecer o seu território de atuação, que a seguir passamos a descrever:

- A)** Quais as novas tendências de desenvolvimento nas áreas temáticas em discussão?
- B)** Quais as novas tendências de investimento nas áreas temáticas em discussão?
- C)** Quais vão ser as necessidades nas áreas temáticas em discussão?
- D)** Quais as apostas do setor público nas áreas temáticas em discussão?
- E)** Quais os fatores mais vantajosos para o desenvolvimento das áreas temáticas em discussão?
- F)** Quais os fatores inibidores (obstáculos) para o desenvolvimento das áreas temáticas em discussão?
- G)** Quais as principais ameaças para o desenvolvimento das áreas temáticas em discussão?
- H)** Quais as principais forças/vantagens para o desenvolvimento das áreas temáticas em discussão?

## 2.4 MÉTODO DE DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Os workshops tiveram como objetivo promover a reflexão conjunta sobre as temáticas apresentadas anteriormente. Foram convidados peritos e representantes de organizações para dinamizar cada um dos workshops de forma a promover a partilha, a análise e a reflexão conjunta, junto com as entidades e organizações que diariamente trabalham diretamente com as temáticas em causa. Após a exposição e partilha de informação por parte do stakeholder selecionado para cada uma das temáticas, foi aberta a discussão e reflexão, junto com as pessoas e organizações que trabalham diretamente com cada uma das áreas. Através de pequenos grupos de trabalho, seguida de discussão e análise em grande grupo, foi feita uma análise swot às temáticas em discussão.

Desta forma, foi intenção do Monte ACE criar e incitar espaços e momentos de reflexão e discussão participada, para aprofundar o conhecimento empírico sobre as temáticas selecionadas.

## 2.5 CRONOGRAMA

DATA	WORKSHOP TEMÁTICO	ORADOR PRINCIPAL	ENTIDADE
07/02/2023	<i>Dinâmicas do turismo em espaço rural</i>	Dr. José Santos (Secretário Executivo)	ERTAR (Entidade Regional do Turismo Alentejo e Ribatejo)
15/02/2023	<i>Novas formas organizacionais ajustadas a uma economia verde e circular</i>	Eng. Alfredo Sendim (CEO)	Herdade do Freixo do Meio
23/02/2023	<i>Agricultura e desenvolvimento rural</i>	Prof. Dr. José Godinho Calado (Diretor Regional)	DRAPAL (Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo)
09/03/2023	<i>Inovação Social</i>	Eng. Henrique Sim-Sim (Assessor do Secretário-Geral e Coordenador da Área Social e Desenvolvimento)	FEA (Fundação Eugénio de Almeida)

## 3. TURISMO

### 3.1 DINÂMICAS DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL

Nesta rúbrica vamos aqui perceber as tendências do turismo em espaço rural.

Sabemos que os indicadores estatísticos relativos à área do turismo são altamente favoráveis. O ano de 2022 superou o ano de 2019 que já tinha sido o melhor ano de sempre, neste sector. Importa referir que a zona do Alentejo foi a que melhor resistiu aos problemas económicos associados à pandemia por COVID-19. Foi a região do país que menos perdeu em comparação com outras. E é previsível que o ano de 2023 continue a ser um ano de crescimento neste sector, tendo em conta o número de reservas efetivadas. Por outro lado, verifica-se que o território está cada vez mais internacionalizado. Existe uma apetência forte na procura pelo Alentejo, pelos seus produtos, pelas suas paisagens e património.

O turismo em espaço rural é cada vez mais popular especialmente entre pessoas que buscam uma experiência mais autêntica e próxima da natureza. Este é reconhecido por oferecer aos turistas a oportunidade de conhecer as tradições, a cultura e a natureza de uma determinada região, além de proporcionar momentos de descontração e alívio de stress. É uma forma autêntica de conhecer uma determinada região, tornando-se numa opção valorizada por quem pretende um turismo mais sustentável e responsável.

Desta forma serão identificados um conjunto de fatores considerados relevantes para o desenvolvimento desta área temática, nomeadamente na região do Alentejo central.



### 3.1.1 NOVAS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NAS DINÂMICAS DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL

Ao analisar o número registado de dormidas nacionais, segundo os dados do *Travel BI by Turismo de Portugal*, verificamos que das 2,5 milhões de dormidas ocorridas até novembro de 2022, 1,4 milhões dizem respeito a dormidas nacionais e 1,1 milhões referem-se a dormidas internacionais. Constatamos ainda que, por mercado, a proporção de dormidas no turismo em espaço rural, a Itália, o Canadá, o Brasil e a França são os países que mais nos têm procurado, a nível nacional. Constatamos ainda que, a nível nacional, em média, o mercado internacional fica 2,6 noites por mês em espaços de turismo rural e o mercado nacional fica em média 1,9 noites por mês. Averiguamos assim que a nível nacional existe uma maior procura por parte de turistas nacionais em comparação com os turistas internacionais, o que reflete uma oportunidade para o país investir em promoções e atividades cuidadas ao turismo internacional. Houve um aumento da estadia média, onde se verifica que as pessoas querem ficar mais tempo num sítio em turismo rural.

Contudo, existe uma demanda crescente por opções de turismo mais autênticas e ligadas à natureza, o que pode ser uma tendência a ser explorada. Importa também destacar que, em média, os turistas internacionais ficam mais tempo em espaços de turismo rural do que os turistas nacionais.

Por outro lado, com exceção do Algarve e da Área Metropolitana de Lisboa, o proveito médio por dormida é superior no turismo em espaço rural, em comparação com o de hotelaria. No Alentejo temos um proveito médio por quarto em Turismo de Espaço Rural de 64,61€, em detrimento do proveito médio por quarto em hotelaria que se situa nos 46,99€. Importa, contudo, referir que o turismo em espaço rural ganhou um protagonismo maior depois da pandemia por Covid-19. Houve um aumento da procura por experiências mais autónomas e em conexão com a natureza. Características essas que são proporcionadas primordialmente por respostas turísticas em espaço rural. Estas, foram especialmente procuradas no período em que atravessamos a pandemia por Covid-19. Pois, os turistas tiveram necessidade de procurar por opções mais seguras e menos aglomeradas.

Há uma linha de tendências que estava a ser desenhar desde o início do século, mas que ganhou maiores proporções aquando do período pandémico.

Assim, aquelas que têm maior impacto de âmbito regional estão relacionadas com o primado da procura. Ou seja, a diversificação das motivações e a intensificação da customização (personalização da experiência). Os produtos turísticos são claramente comandados e condicionados pelo tipo de procura. E aqui a segmentação do mercado assume uma grande importância, desde logo as motivações, as culturas, as origens, graus de autonomia e poderes de compra. O próprio consumidor é hoje multivariado. Faz férias em períodos mais curtos e ao longo de todo o ano, e mostra uma apetência para a digitalização do setor, quer na divulgação da oferta turística, quer mesmo na gestão do ato de reserva e no próprio consumo dos serviços.

As dinâmicas do turismo em espaço rural estão em constante evolução, o que implica novas tendências de desenvolvimento. Algumas dessas tendências dizem respeito ao turismo sustentável. Cada vez mais, os turistas procuram opções de viagens que sejam ecologicamente corretas e que respeitem o meio ambiente e a cultura local. O turismo sustentável é uma tendência crescente no espaço rural, que procura utilizar recursos naturais de forma consciente e responsável. O ecoturismo é outra dinâmica importante que se concentra na conservação ambiental e na observação de fauna e flora, proporcionando oportunidades de exploração de áreas naturais preservadas, realizar caminhadas e trilhos, observar animais e participar em atividades ecológicas.

Os turistas pretendem vivenciar experiências únicas e autênticas, que não encontram em outras zonas, nomeadamente o contacto com a natureza e as culturas locais. A hospitalidade e o atendimento personalizado são fatores importantes e valorizados. A tecnologia está cada vez mais presente no turismo em espaço rural, seja para a venda de serviços online, seja para a promoção de destinos turísticos ou para oferecer informações aos clientes.

Importa ainda referir que o turismo de aventura é uma das principais tendências nas dinâmicas do turismo em espaço rural. Atividades como trilhos, escaladas, rafting, entre outras, são cada vez mais procuradas pelos turistas que pretendem adrenalina e aventura. Este turismo de aventura oferece oportunidades de experienciar atividades emocionantes e desafiadoras. Assim como a procura de atividades de bem-estar, através de atividades como yoga, meditação, massagens, entre outras, são muito apreciadas por turistas que procuram experiências relaxantes e o equilíbrio físico e mental.

A gastronomia é também um fator importante na seleção dos destinos turísticos. Turismo gastronómico que se concentra na descoberta de produtos típicos da região, oferecendo oportunidades de conhecer as tradições culinárias locais, visitar zonas vinícolas e participar em degustações, são atividades muito apreciadas pelos turistas.

Em consonância, o agroturismo através das atividades agrícolas locais, como a colheita, a ordenha, a preparação de alimentos, entre outras. Importa ainda referir que o turismo cultural também não deve ser descurado. Pois, visitas a lugares históricos e culturais, arqueológicos, museus e vilas histórias são igualmente apreciados.

### 3.1.2 NOVAS TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO PARA AS DINÂMICAS DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL

Constata-se uma procura crescente pelo turismo rural, por parte de turistas nacionais como internacionais, havendo assim uma oportunidade para o país investir em promoções e iniciativas direcionadas para este sector, a fim de maximizar o seu potencial económico e turístico.

Esta é, inclusive, uma indicação positiva do potencial turístico do Alentejo e uma oportunidade para a região investir em iniciativas para retirar o seu máximo proveito. Estas iniciativas podem incluir a promoção da região em mercados-alvo específicos, o desenvolvimento de novas atividades turísticas, a melhoria das infraestruturas e dos serviços turísticos disponíveis, entre outras.

Tendo em conta que o turismo rural é um produto valorizado e com bastante procura e que existe uma oferta de grande valor económico, onde o proveito médio por quarto em turismo rural é superior à hotelaria tradicional, começa-se a verificar uma tendência para um mercado *high-spending*, em detrimento do *low-cost*. A aposta em alojamentos passa por respostas que se posicionem em segmentos altos, onde são valorizados argumentos competitivos, desde conseguir dar respostas às crianças, como aos próprios animais domésticos que acompanham as famílias. Aqui, a inovação também passa pela tematização dos empreendimentos e das suas respostas a serem oferecidas.

Por outro lado, importa referir que a sustentabilidade também se tornou em uma exigência para o consumidor. Os hóspedes exigem certificação como forma de atestar a qualidade

nos serviços prestados. E por isso, os destinos turísticos têm de estar preparados para que possam proporcionar aos seus clientes, a vontade que estes manifestam em terem comportamentos mais sustentáveis. A tripla sustentabilidade (económica, social e ambiental) e o enquadramento nos objetivos de desenvolvimento sustentável são hoje linhas obrigatórias das políticas, que não podem ser ignoradas. Hoje, os projetos de turismo têm de responder cada vez mais à sustentabilidade social, que passa por questões como a igualdade de género, de salários, de responsabilidade familiar e até mesmo a integração de trabalhadores imigrantes e das suas famílias.

Verifica-se um crescimento de férias em famílias e em grupos de amigos. Há assim a necessidade de valorizar o projeto de arquitetura das ofertas de turismo em espaço rural. Os novos projetos têm de ter a perceção da necessidade de conseguirem dar resposta para famílias inteiras, onde as potencialidades da tecnologia têm de ser valorizadas, desde a *smartização* e a digitalização das respostas de turismo em espaço rural, a estratégia de marketing, o ato de reserva e até mesmo a forma como é recebida a experiência no próprio quarto, a avaliação da estadia, entre outras. Ou seja, uma tendência para tornar transversal o conceito digital por todo o empreendimento turístico. Por outro lado, os *remote workers* (nómadas digitais) não devem ser descurados no planeamento da estratégia do turismo em espaços rurais. Pois, a serenidade e a tranquilidade que são proporcionadas por territórios como o Alentejo Central, são percecionados como respostas de luxuosas com ostentação. E por isso devem ser aproveitadas ao máximo.

Uma nova tendência de investimento está relacionada com o agroturismo, desde a sua sustentabilidade, às cadeias curtas de comercialização e o próprio conceito de Km 0. Muito influenciados por uma lógica de sustentabilidade, as unidades estão a apostar em tornarem-se auto suficientes no sustento da sua própria unidade e até mesmo para usufruto dos seus próprios hóspedes. Isto pode refletir-se na criação de projetos coletivos, apoiados nas redes de oferta, ligando o turismo aos próprios produtores. Por outro lado, é importante apoiar dinâmicas que visem a criação de programas, nomeadamente nas escolas, de compras responsáveis, no sentido de rentabilizar as cadeias curtas de comercialização, com estratégias integradas de ativação de produtos, através de uma visão integrada daquilo que é a oferta do território.

Por outro lado, os itinerários com alto valor experiencial, quer sejam na criação das rotas ou com a valorização dos próprios produtos turísticos, em conjunto com a criação de DMC's tem-se revelado numa tendência de investimento. Contudo, este investimento na criação de

rotas, só tem sucesso e rentabilidade se estiverem associadas a segmentos de mercado sofisticados. Caso contrário acabem por se perder. Apesar da pouca oferta de DMC's no Alentejo Central, estas são fundamentais para interligar os diferentes setores associados ao turismo (rent-a-car; artesanato; pequenos restaurantes; comerciantes locais; etc.).

Em resumo, as tendências de investimento nas dinâmicas do turismo em espaço rural são cada vez mais voltadas para a sustentabilidade, inovação, diferenciação e qualidade da experiência. Destaca-se assim o ecoturismo e o turismo sustentável que ajudem a preservar o meio ambiente e apoiem as comunidades locais. Por outro lado, as tecnologias como a internet, a inteligência artificial e a realidade virtual devem, cada vez mais, serem usadas para melhorar a experiência do turista. E por isso investimentos em infraestruturas de rede, aplicações e plataformas de reserva online são cada vez mais importantes. As pessoas cada vez mais procuram por experiências únicas e personalizadas. Investimentos em restaurantes de qualidade, produção de alimentos orgânicos e experiências de degustação são também fatores a ser valorizados.

### 3.1.3 NECESSIDADES NAS DINÂMICAS DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL

Segundo dados do *Travel BI, by Turismo de Portugal*, e do INE, que se reportam a 2022, denotam que, no Alentejo, a quota do turismo rural e a quota de hotelaria são muito semelhantes em termos de oferta. Ou seja, o Alentejo tem uma oferta instalada semelhante entre a hotelaria tradicional em comparação com o turismo rural. O mesmo não acontece em outras regiões do país. O Alentejo é assim uma região privilegiada, com uma oferta diversificada de turismo, incluindo tanto opções de hotelaria tradicional como opções de turismo rural. Este equilíbrio entre as duas ofertas turísticas pode ser tolerado, pois permite aos visitantes escolher o tipo de turismo que mais se adequa às suas viagens e necessidades, sem ter de se deslocar para outras regiões. No entanto, importa destacar que, apesar da similaridade da oferta, é necessário que haja uma promoção eficiente e atraente dos dois tipos de turismo, para que as pessoas saibam da existência dessas opções e as escolham como destino de viagem. Além disso, é preciso garantir que as opções de turismo rural e hotelaria tradicional sejam de qualidade, para que os visitantes tenham uma experiência positiva e queiram voltar.

Ainda segundo a mesma fonte, o turismo em espaço rural no Alentejo tem uma boa procura por parte tanto de turistas nacionais como internacionais. Os turistas internacionais, em média, ficam mais tempo na região do que os turistas nacionais. No que diz respeito à estada média por mês, verificamos que o mercado internacional fica, em média, 2,3 noites por mês em espaços de turismo rural no Alentejo, enquanto o mercado nacional tem uma estada média de 2,0 noites por mês. A Polónia e a Itália são os principais mercados que procuram o turismo em espaço rural no Alentejo. Contudo, é a Alemanha que, em média, tem uma estada com mais noites por mês.

Analisando uma tendência mais linear entre 2014 e 2019 (antes da pandemia por COVID-19) no que diz respeito à taxa de variação média anual entre o Alentejo e o resto do país verificamos que o Alentejo teve um crescimento superior à média nacional, na taxa de ocupação (4,1% para o Alentejo e 3,4% para a média nacional). Contudo, nos outros indicadores (como sendo n.º de hóspedes; dormidas; estada média em número de noites; n.º de estabelecimentos; de quartos e de camas; proveitos totais e proveitos de aposento) encontra-se ligeiramente abaixo. Todavia, importa realçar que o Alentejo acompanhou a tendência de crescimento de turismo em Portugal, em valor e em volume.

É no segmento da oferta que se tem valorizado muito no total das dinâmicas de turismo rural em Portugal. Porém, há necessidade de desenvolver mais estratégias integradas de fixação, atração e retenção, nomeadamente de recursos humanos. Utilizando para isso as potencialidades dos vários instrumentos financeiros que estarão disponíveis para o setor e para a região.

As comunidades e aldeias criativas / turismo criativo poderá ser uma aposta. Investir no estímulo à criação de projetos regeneradores globais com foco nas artes e ofícios (artesanato). Este conceito, apesar estar sobejamente diagnosticado, não tem sido implementado na região de forma estruturada. Apesar de haver algumas unidades de turismo rural que organizam e recriam internamente estes conceitos, não há uma política organizada e com escala. Importa referir que os projetos inseridos em redes organizadas e colaborativas de oferta demonstram evidência de ganhos na eficiência da rede, beneficiando com o cluster de empresas a elas associadas. Estas redes de oferta ao serem apoiadas com projetos que trazem uma maior eficiência coletiva, estarão a contribuir para a competitividade das mesmas. Nomeadamente, através da partilha de serviços e até de recursos humanos, poderão inclusive conseguir fazer face ao aumento de custos variados.

### 3.1.4 QUAIS AS APOSTAS DO SETOR PÚBLICO NAS DINÂMICAS DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL

Há um conjunto vasto de constrangimentos que incluem problemáticas amplamente conhecidas, mas que importa releva. Denota-se que as políticas públicas serviram essencialmente para mitigar tendências pesadas no território, mas que não tem sido possível inverter, nomeadamente com a aplicação de fundos estruturais. Não são problemas isolados, estão interrelacionados, mas que precisam de ser considerados de forma holística. Pois, têm um impacto significativo na sociedade como um todo. Desde logo o ciclo continuado de recessão demográfica; o despovoamento do território e o envelhecimento populacional. Estas problemáticas impactam negativamente as condições socioeconómicas para revitalizar a iniciativa regional. A economia, a segurança social e a qualidade de vida da população acarretam efeitos negativos diretos. Desde logo traduzem-se numa maior carga financeira sobre os recursos disponíveis e a diminuição da força de trabalho e de produtividade. É assim importante implementar políticas e programas que incentivem o retorno de jovens para a região para promover o desenvolvimento económico. A isto pode estar associadas medidas de apoio à criação de empregos, o desenvolvimento de infraestruturas e o aumento da qualidade de vida na região. É importante investir na formação e na capacitação de jovens para o desenvolvimento de competências e habilidades que os ajudem a se destacar no mercado de trabalho. Há um défice de capacitação empresarial para incorporar fatores de competitividade, que estão correlacionados com debilidades na reestruturação das cadeiras de valor e outras ferramentas de gestão indispensáveis a um desempenho competitivo e que são importantes para a fixação de negócios em meio rural. Este poderá ser mais um contributo na implementação de medidas eficazes para enfrentar o envelhecimento da população e o despovoamento na região, a fim de revitalizar a economia local e a melhorar as condições socioeconómicas para todos.

A vulnerabilidade do território, em contexto de alterações climáticas e de influência no património natural e na gestão de recursos hídricos são fatores que também não podem ser descurados, nas apostas do setor público, para as dinâmicas do turismo em espaço rural. O mesmo acontece com a valorização e a certificação de paisagens alimentares sustentáveis, através da realização de um mapeamento, interligando o setor agrícola com o turismo. Também aqui, pode ser importante, as políticas públicas terem algumas respostas para esta temática. Bem como, apostar na consolidação de um sistema regional de inovação.

Há também outros constrangimentos que precisam de um impulso político público para o seu desenvolvimento. Desde logo as debilidades de conectividade e algumas insuficiências de cobertura e disponibilidade territorial das redes e pontos de acesso, a par da insuficiente qualificação digital da população. Num contexto de envelhecimento populacional estes fatores acabam também por afetar o turismo em meio rural.

A Organização Mundial do Turismo traçou um conjunto de desafios para o pós-pandemia e por isso poderão ser algumas apostas para as dinâmicas do turismo em espaço rural. Desde logo o incentivo a projetos que criem empregos, promovam o empoderamento de mulheres e jovens e que criem oportunidades para grupos vulneráveis em áreas rurais. A aposta em projetos relacionados com a promoção de proteção dos recursos naturais, nomeadamente na mitigação do impacto do turismo nas áreas das alterações climáticas, bem como a gestão de resíduos e consumo de recursos. A aposta em start-ups que fornecem soluções inovadoras por meio de novos modelos de negócios e instrumentos que promovem o acesso a financiamento, mercados e marketing para o turismo em áreas rurais. O estímulo à tecnologia. A dinamização do selo "destino seguro e sustentável" associado à promoção e valorização dos produtos locais e regionais, incentivando o seu consumo, bem como a criação de um modelo de valorização e certificação de paisagens alimentares sustentáveis.

Por outro lado, o setor público pode e deve apostar ainda em infraestruturas rodoviárias, em sistemas de transporte público e tecnologia de comunicação para melhorar a acessibilidade e conectividade das áreas rurais. O apoio a iniciativas locais que promovam o turismo rural sustentável, como o agroturismo e atividades ao ar livre. Por outro lado, as autoridades públicas podem criar programas de capacitação para incentivar a formação de guias de turismo, produtores de artesanato e outros profissionais ligados ao setor do turismo rural. A promoção do turismo em eventos nacionais e internacionais, a criação de campanhas publicitárias e a oferta de incentivos fiscais aos empresários do setor turístico para atrair mais visitantes, devem também ser uma aposta.

## 3.2 ANÁLISE SWOT ÀS DINÂMICAS DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL, NO ALENTEJO CENTRAL



### 3.2.1 OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de oportunidades que a seguir se enumeram:

- > Proximidade de grandes centros populacionais / mercados
- > Portugal 2030 / PDR 2030 / PRR
- > Potencial de crescimento
- > Redes de percurso pedestres
- > Percursos cicláveis
- > Diversificação de oferta direta e indireta ao turismo
- > Requalificação dos espaços rurais
- > Turismo cultural
- > Reforço de redes de partilha
- > Características específicas do território (segurança; sustentável)
- > Parcerias em negócios de turismo
- > Capital Europeia da Cultura 2027

### 3.2.2 FATORES INIBIDORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de fraquezas no setor que a seguir se enumeram:

- > Falta de mão de obra
- > Falta de alojamento para a mão de obra
- > Matéria-prima para construção
- > Formação especializada

- > Transportes
- > Infraestruturas rodoviárias e não rodoviárias (acessibilidades fracas)
- > Aluguer rent-a-car
- > Falta de iniciativa empresarial
- > Salários pouco atrativos
- > Falta de animação turística
- > Falta de rede de internet

### 3.2.3 AMEAÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de ameaças no setor que a seguir se enumeram:

- > Risco financeiro do investimento / aumento do custo do investimento / aumento das taxas de juro
- > Pressão significativa sobre disputas do território (das propriedades e uso do solos)
- > Falta de fiscalização
- > Condicionantes do ordenamento do território
- > Concorrência com o exterior
- > Envelhecimento da população
- > Dificuldades de retenção da população no espaço rural
- > Falta de mão de obra qualificada
- > Ameaças climáticas

### 3.2.4 FORÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de forças no setor que a seguir se enumeram:

- > Gastronomia / Vinhos
- > Segurança
- > Paisagem / Recursos naturais / ambiente
- > História / Cultura / identidade
- > Sossego / ter tempo
- > Produtos endógenos de grande qualidade
- > Clima
- > Reconhecimento do exterior (Alentejo sinónimo de qualidade)
- > Produtos certificados
- > Proximidade com as comunidades

## 4. ECONOMIA VERDE E CIRCULAR

### 4.1 NOVAS FORMAS ORGANIZACIONAIS AJUSTADAS A UMA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR

Esta rúbrica debruça-se sobre as novas formas organizacionais ajustadas a uma economia verde circular.

A economia verde é um conceito que propõe a criação de um modelo económico sustentável, capaz de promover o desenvolvimento económico e social sem comprometer o meio ambiente. Baseia-se em práticas e tecnologias que reduzem o uso de recursos naturais, diminui o impacto ambiental proporcionado pela atividade humana e visa, inclusive, promover a responsabilidade social.

Por outro lado, a economia circular é um conceito que procura a mudança de paradigma na forma como produzimos e consumimos os bens e serviços. Procura valorizar os materiais e os recursos através da utilização de processos produtivos que maximizem a sua eficiência e assegurem a sua durabilidade e reutilização. A economia circular pretende ainda a eliminação do desperdício e a diminuição da poluição, quer através da redução da extração de matérias-primas, quer mesmo da utilização de materiais renováveis e biodegradáveis.

A transição para uma economia verde e circular requer por isso novas formas organizacionais que permitam a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços de forma sustentável. Algumas possíveis formas organizacionais que podem ajudar a promover uma economia verde e circular incluem empresas cooperativas e autogeridas. Este é um modelo de negócio que envolve um grupo de pessoas que se unem para criar uma empresa sem hierarquia formal. Todas as decisões são feitas de forma colaborativa e os lucros são distribuídos de igual forma por todos os membros. Uma outra forma organizacional passa pela economia compartilhada. Nesta dinâmica há uma partilha de recursos, de bens e serviços. Por outro lado, as redes de produção e distribuição locais também podem assumir uma forma organizacional ajustada à economia verde e circular ao envolverem a criação de sistemas de produção e venda de produtos dentro de uma região em específico. Dessa forma contribuem para a redução das emissões de CO2 e promovem a economia local. Uma outra forma organizacional está relacionada com as empresas denominadas por *B-Corporation*. Estas são organizações dedicadas a usar os negócios como uma força para a mudança

social e ambiental positiva. Há uma avaliação em relação à sua pegada ambiental e social e a adoção de práticas comerciais éticas e transparentes. Há ainda um modelo, denominado por inovação aberta. Este visa o envolvimento colaborativo das empresas, organizações governamentais e civis. Desta forma ideias e tecnologias inovadoras são partilhadas e desenvolvidas de forma mais eficiente, promovendo soluções sustentáveis.

Há por isso um conjunto grande de desafios. É importante sabermos usar corretamente os meios e recursos que estão ao nosso alcance. Há necessidade de adaptar a economia aos limites de funcionamento do planeta. Atualmente, percebemos melhor, em comparação com qualquer outra geração, que o planeta tem limites de funcionamento. Falta, contudo, uma capacidade de apoio técnico e de criação de consciência dentro de uma economia mais liberalizada.



#### 4.1.1 NOVAS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR

Algumas das práticas mais usuais passam pela implementação da energia renovável, o uso de técnicas agrícolas sustentáveis, o recurso à reciclagem e a reutilização de recursos naturais, o incentivo ao turismo ecológico e o desenvolvimento de tecnologias verdes. Todavia, a ação governamental, as empresas e a própria sociedade civil têm um papel fundamental para promover práticas sustentáveis e a transição para uma economia mais verde e mais circular.

Importa ainda referir que a economia circular digital é também, atualmente, uma das principais tendências de desenvolvimento. Esta abordagem recorre a tecnologias digitais para otimizar a utilização de recursos naturais, reduzir o desperdício e aumentar a eficiência no uso de recursos. Uma outra tendência importante diz respeito à transição da economia de bens para a economia de serviços. Ou seja, os recursos são usados para atender às necessidades das pessoas, em vez de simplesmente produzir bens. A economia de serviços inclui serviços de transporte, serviços de saúde, serviços de educação, entre outros. A bioeconomia é uma outra área importante. Esta passa pela utilização de recursos biológicos para produzir produtos e serviços. Inclui o uso de biomassa para a produção de energia, alimentos, medicamentos e materiais renováveis. A bioeconomia é uma tendência crescente na economia verde e circular, pois permite uma maior redução do impacto ambiental causado pela produção de alimentos e pela extração de matérias-primas. Os novos modelos de negócio como a economia partilhada (sharing economy), a economia colaborativa (collaborative economy) e a economia circular representam uma mudança fundamental para uma economia mais sustentável e circular. Estes modelos de negócio concentram-se na partilha de recursos, bens e serviços para maximizar o uso dos recursos disponíveis. Por outro lado, uma economia baseada em serviços ecossistémicos apresenta-se como outra tendência de desenvolvimento na economia verde e circular. Esta valoriza e utiliza os serviços que os ecossistemas naturais proporcionam para a sociedade. Esses serviços passam pela produção de alimentos, purificação da água, regulação do clima, a ciclagem de nutrientes, entre outros. Pretende-se assim preservar e restaurar os ecossistemas naturais, reconhecendo que esses sistemas são essenciais para a sobrevivência humana e para a economia global. Contudo, tanto por parte da governação como por parte das empresas, o valor dos serviços ecossistémicos devem ser considerados na tomada de decisões de investimento e desenvolvimento. Por exemplo, uma empresa que constrói uma barragem hidroelétrica deve ter em conta os impactos ambientais sobre a vida aquática, mas também sobre as pessoas que dependem desse rio para

sobreviver. Esta pode trazer benefícios tanto para a natureza como para a economia, através da conservação dos ecossistemas, na ajuda da proteção ao emprego, na preservação dos recursos naturais e na proteção da biodiversidade.

### 4.1.2 NOVAS TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO NA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR

São várias as tendências de investimento na economia verde e circular que podem ser aplicadas em diferentes contextos. A economia verde e circular é um modelo económico que pretende a criação de sistemas mais sustentáveis, que maximizem o uso eficiente dos recursos naturais e minimize os impactos ambientais e sociais negativos. Tem como objetivo alcançar um desenvolvimento económico compatível com os limites do planeta e a necessidade de preservar os recursos para as futuras gerações.

Nesse sentido, há um conjunto de áreas para onde devem estar direcionados os investimentos. Desde logo, o investimento em energias renováveis, nomeadamente solar e eólica. Estas são inclusive das principais áreas de investimento em todo o mundo. Há cada vez uma maior aposta em fontes de energia limpa e sustentável para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e a redução de emissões de gases com efeito de estufa. A melhoria da eficiência energética é também uma área essencial para reduzir o consumo de energia e otimizar o uso dos recursos naturais. Iluminação LED, sistemas de gestão de energia, isolamento térmico e sensores inteligentes são alguns instrumentos que estão a assumir cada vez mais uma maior importância e desenvolvimento. Por outro lado, a agricultura ecológica é também um setor em expansão. Pois, o consumidor está cada vez mais preocupado com a origem dos alimentos e com os impactos ambientais provocados pela agricultura convencional. A agricultura ecológica preza pela produção de alimentos sem o recurso a produtos agrotóxicos, pesticidas ou outros produtos químicos.

A gestão adequada de resíduos é um problema global e a economia circular procura soluções para minimizar o seu aparecimento, maximizando o reaproveitamento dos recursos. Investimentos em tecnológicas avançadas de tratamento e reciclagem de resíduos tornam-se assim fundamentais para a criação de um sistema mais sustentável.

Apesar de o território de Alentejo Central não sofrer com a excessiva urbanização visível em outros centros urbanos do país, o uso de transporte sustentável não deve ser descurado. Não pela necessidade de alívio do tráfego como em outras zonas do país, mas para dar também o seu contributo para a redução das emissões de gases poluentes. Assim, os carros elétricos, o uso de bicicletas, a aposta numa rede de transporte público eficiente deve também merecer especial atenção.

De uma forma geral, a transição para uma economia mais sustentável requer investimentos em tecnologia, infraestruturas, desenvolvimento de capacidades e políticas públicas que priorizem o meio ambiente e o bem-estar social, em detrimento do lucro imediato.

### 4.1.3 NECESSIDADES NA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR

O Alentejo é conhecido pelas suas vastas áreas de cultivo. Uma das formas de promover o desenvolvimento de novas formas organizacionais ajustadas à economia verde e circular passa pela promoção do incentivo ao uso de práticas agrícolas sustentáveis, como a agricultura orgânica, a rotação de culturas, o uso de fertilizantes naturais e a redução do desperdício de água.

O recurso às energias renováveis torna-se também numa necessidade. Por isso, investir na construção de usinas solares ajudará a reduzir a dependência de fontes de energia não renováveis e, ao mesmo tempo, a criar empregos locais e a criar receita para a região. A aposta em turismo sustentável é também uma necessidade para o desenvolvimento de uma economia verde e circular. O Alentejo é um destino turístico cada vez mais popular, quer por causa das paisagens naturais, mas também por causa da sua cultura e património. Promover práticas de turismo sustentável, como a gestão responsável de resíduos, a utilização de energias limpas e o incentivo ao consumo de produtos locais, pode ajudar a impulsionar a economia circular da região. A reciclagem, a reutilização e o conserto de produtos pode proporcionar a criação de empregos e de receita para a região, para além de ajudar a reduzir o desperdício e a poluição

#### 4.1.4 APOSTAS DO SETOR PÚBLICO NA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR

A região do Alentejo tem um enorme potencial para desenvolver uma economia verde e circular, fruto da sua riqueza natural, das condições climáticas e das tradições agrícolas. Já começa a haver algumas iniciativas que a propiciam, mas ainda são insuficientes.

O setor público tem um papel fundamental a desempenhar para o desenvolvimento de uma economia verde e circular. Desde logo através do financiamento para projetos sustentáveis, a criação de incentivos fiscais para práticas ambientais positivas e a implementação de políticas e regulamentações que a favoreçam. Alguns exemplos de apostas do setor público na economia verde e circular podem passar pelo investimento em infraestruturas verdes, como parques e áreas recreativas que promovam a biodiversidade e a absorção de carbono. O incentivo à produção local e ao comércio justo, com o intuito de reduzir a pegada de carbono das importações e apoiar os produtores locais, poderá também ser uma área a investir. Bem como, a implementação de políticas de gestão de resíduos que favoreçam a reciclagem e a reutilização de materiais e a promoção do aproveitamento de água de chuva e de águas residuais tratadas, para minimizar o desperdício de recursos hídricos.

A economia verde e circular tem um grande potencial e pode ser uma boa oportunidade para o desenvolvimento sustentável do Alentejo. Contudo, o setor público deve assumir um papel ativo de forma a impulsionar essa transição.

#### 4.2 ANÁLISE SWOT ÀS NOVAS FORMAS ORGANIZACIONAIS AJUSTADAS A UMA ECONOMIA VERDE E CIRCULAR



### 4.2.1 OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO NA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de oportunidades que a seguir se enumeram:

- > Dimensão / espaço aberto para nova forma de viver
- > Menor pressão habitacional
- > População mais concentrada
- > Imagem de quem olha para Alentejo do exterior
- > Aproveitar as potencialidades do comércio eletrónico / digitalização
- > Cobertura digital
- > Qualidade dos produtos e recursos naturais
- > Portugal 2030
- > PRR
- > Ter capacidade própria para produção nomeadamente espaço

### 4.2.2 FATORES INIBIDORES PARA O DESENVOLVIMENTO NA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de fraquezas no setor que a seguir se enumeram:

- > Crise habitacional (falta de casas com dignidade para novas pessoas)
- > Demografia (falta de pessoas)
- > Dimensão do território (distâncias)
- > Atraso Reciclagem
- > Falta de estruturas específicas orientadas para a coesão territorial

- > Falta de transportes públicos (na ferroviária essencialmente) e de mobilidade entre diferentes territórios
- > Desertificação económica
- > Empresas sediadas no território, mas que estão a operar fora
- > Falta de meios financeiros para recuperação e regeneração do território
- > Exigências burocráticas

### 4.2.3 AMEAÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de ameaças no setor que a seguir se enumeram:

- > Dificuldade em fixar pessoas
- > Parametrizações das políticas públicas
- > Empresas de grande dimensão
- > Falta de regularização e fiscalização
- > Patentes biológicas
- > Falta de compreensão do que nos rodeia
- > Ignorância sobre a importância da ruralidade
- > Diabolização do meio rural pelos próprios rurais
- > Falta de coesão social e económica a escala rural
- > Falta de fiscalização e regularização para cumprir a lei
- > Falta de apoio técnico para reformulação de práticas tradicionais danosas (por exemplo as queimadas)
- > Perda acentuada de acessibilidade rural com o modelo de vedações
- > Falta de benefício económico visível na exploração rural
- > Alterações climáticas

#### 4.2.4 FORÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de forças no setor que a seguir se enumeram:

- > Características naturais do território
- > Cultura / Identidade
- > Baixa densidade
- > Organização associativista
- > Conhecimento do território, da natureza e da biodiversidade
- > Tradições culinárias
- > Amplitude / território homogêneo
- > Poder de atratividade de jovens
- > Excelência paisagística / ambiental / património edificado

## 5. AGRICULTURA

### 5.1 AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Segue-se um capítulo sobre a agricultura e desenvolvimento rural no território do Alentejo central.

A agricultura e o desenvolvimento rural estão intimamente relacionados, na medida em que a agricultura é uma das principais atividades económicas nas áreas rurais. O desenvolvimento rural é o processo para a melhoria das condições de vida nas áreas rurais por meio do aumento da produção agrícola, da criação de empregos, da melhoria de infraestruturas e dos serviços públicos.

A agricultura é responsável por fornecer os alimentos que sustentam a população e pode ser praticada de diferentes formas, desde a agricultura de subsistência até à agricultura em grande escala.

Um desenvolvimento rural bem-sucedido pode trazer benefícios significativos para a economia e a sociedade. Contribui para a redução da pobreza, para a melhoria da qualidade de vida, para a preservação do meio ambiente, assim como pode contribuir para a promoção da segurança alimentar.



### 5.1.1 NOVAS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Existem um conjunto de novas tendências de desenvolvimento na agricultura e desenvolvimento rural. Desde logo a agricultura de precisão. Esta envolve a tecnologia avançada, como GPS, drones e sensores, para recolher dados em tempo real sobre as condições do solo, o clima e as plantações. Posteriormente, esses dados poderão ser usados para otimizar o uso de recursos e maximizar a sua produção. De igual modo a agrotech é uma outra tendência de desenvolvimento. Esta diz respeito ao uso de tecnologia de informação e comunicação. Está relacionado com o uso de aplicações, sensores e plataformas online para melhorar a gestão, otimizar a produção e reduzir os custos.

Uma outra tendência de desenvolvimento diz respeito à agricultura regenerativa. Esta é uma abordagem sustentável para a agricultura que está focada na restauração do solo, da biodiversidade e do ecossistema em geral. Baseia-se em princípios como rotação de culturas e uso de biofertilizantes. Por outro lado, há também uma aposta na agricultura de conservação. Esta abordagem visa reduzir a degradação do solo, conservando a cobertura vegetal e incentivando a biodiversidade. Técnicas como integração de culturas e animais na mesma área são também aqui valorizadas.

Por fim, a certificação de sustentabilidade é algo que também merece especial atenção. Esta diz respeito a um processo de avaliação que mede o impacto ambiental, social e económico da atividade agrícola. Isto permite auxiliar na identificação de áreas de melhoria e estímulo à adoção de práticas mais sustentáveis.

### 5.1.2 NOVAS TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO NA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

A agricultura está a passar por uma transformação, com recurso a novas tecnologias e práticas sustentáveis. Isto reflete-se num impulso por parte dos investidores para o interesse por áreas como agricultura de precisão, uso de drones, inteligência artificial e automação de processos agrícolas. Há ainda um crescente interesse de investimento em start-ups ligadas

ao setor, nomeadamente para o desenvolvimento de soluções para a cadeia produtiva de alimentos (desde a produção até à distribuição).

No âmbito do desenvolvimento rural, há um movimento de valorização dos recursos naturais e da biodiversidade, com iniciativas que incentivam a agroecologia e a produção orgânica. Isto tem levado a novas formas de cooperação entre produtores rurais, com a formação de redes de agricultores e a criação de sistemas de comércio justo.

Destaca-se ainda o importante e crescente papel das políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural que têm criado oportunidades de financiamento e de capacitação para agricultores e empreendedores rurais.

### 5.1.3 NECESSIDADES NA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

As necessidades na agricultura e desenvolvimento rural variam dependendo do contexto e das condições de cada região. No entanto algumas necessidades estão relacionadas com o investimento em tecnologia e inovação para melhorar a produtividade e eficiência na produção agrícola. Os avanços tecnológicos são fundamentais para aumentar a produtividade e a eficiência. É necessário ter infraestruturas adequadas a fim de facilitar o transporte de produtos agrícolas e o acesso às áreas rurais.

Os recursos financeiros são uma mais-valia. A agricultura requer grandes investimentos em terras, equipamentos e outros insumos. O acesso a créditos bonificados para pequenos produtores rurais poderem investir nos seus negócios não pode ser descurado. Assim como a criação de incentivos e subsídios para estimular o uso de práticas sustentáveis na produção agrícola.

Por outro lado, a capacitação e treinamento técnico, para agricultores e outros profissionais envolvidos no setor agrícola é também uma necessidade. Este torna-se essencial para melhorar as técnicas de produção, bem como para explorar novos mercados.

Políticas públicas e legislação favoráveis são também uma necessidade na agricultura e para o desenvolvimento rural. Políticas e leis que incentivem o investimento em agricultura e desenvolvimento rural são necessárias para estimular a produção e a criação de rendas nas

zonas rurais. As políticas e regulamentações devem promover um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento rural. Práticas sustentáveis que preservem o meio ambiente e promovam a conservação dos recursos naturais são importantes para garantir a continuidade da produção agrícola e do desenvolvimento rural.

Por fim, a promoção de criação e desenvolvimento de cadeias produtivas, desde a produção até à distribuição e comercialização dos produtos agrícolas é uma outra necessidade neste contexto.

#### 5.1.4 QUAIS AS APOSTAS DO SETOR DO PÚBLICO NA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

As apostas do setor público devem ser múltiplas e variadas. Desde logo o investimento em infraestruturas rurais: estradas, eletrificação, sistemas de irrigação e drenagem, armazéns e mercados. Estes são fundamentais para melhorar a conectividade dos agricultores com os mercados e reduzir o desperdício de alimentos.

Por outro lado, investimentos em investigação e desenvolvimento, extensão agrícola e capacitação de agricultores podem ajudar a melhorar a qualidade das sementes e o uso abusivo de fertilizantes e pesticidas.

A criação e desenvolvimento de cadeias de valor também deve ser uma aposta. Pois, a criação de cadeias produtivas integradas desde a produção até ao mercado final pode aumentar o rendimento aos agricultores e promover o crescimento económico local.

A adaptação às mudanças climáticas deve ser uma realidade. As mudanças climáticas afetam gravemente a agricultura. É fundamental investir em práticas agrícolas sustentáveis que reduzam a emissão de gases de efeito de estufa e aumentar a resiliência dos agricultores. Dessa forma é também importante continuar a apostar na melhoria das condições de vida e de produtividade dos pequenos produtores. Quer seja através de programas de crédito rural bonificados, seguros agrícolas, acesso a mercados e serviços de apoio, quer mesmo o acesso a fundos comunitários.

Em suma, as apostas do setor público na agricultura e desenvolvimento rural devem estar centradas na melhoria da produtividade e na promoção da inclusão social e económica dos agricultores e das suas comunidades.

Importa ainda referir que a visão estratégica do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum) 2023-2027 pretende uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável. Uma atividade produtiva suportada no princípio de uma "gestão ativa" do território. O solo como um principal ativo dos agricultores e produtores florestais e associado ao uso dos restantes recursos naturais. O desenvolvimento do setor baseado no conhecimento. E a resiliência e a vitalidade das zonas rurais são asseguradas pela sustentabilidade económica, social e ambiental. As tipologias de intervenção do PEPAC enquadram-se em três premissas: orientação para determinado objetivo; integração ao nível sectorial e territorial e são específicas para as Regiões Ultraperiféricas. Este foi construído de forma a dar uma grande diversidade de respostas. Contudo, a sua utilização ficou mais complexa porque ficou subdividida em muitas pequenas subáreas de atuação. Tudo aquilo que eram a receber das ajudas diretas, no atual programa de desenvolvimento rural, para conseguir compensar os anteriores valores, nas candidaturas, é necessário juntar um conjunto mais alargado de subcomponentes. Estas são muito diversificadas e extensas em quantidade. E toda esta nova dinâmica para submissão de candidaturas não é acessível e de fácil compreensão para quem não está habituado a trabalhar com candidaturas, necessitando por isso de recorrer a um técnico especializado. Contudo, com esta nova dinâmica, houve a intenção de privilegiar o rendimento das pessoas, o rendimento que era a base das políticas agrícolas. Há intenção de privilegiar o local onde as culturas são feitas (o solo), com a sustentabilidade dos sistemas. Houve ainda uma intenção de manter equidade entre os diferentes produtores agrícolas, através da transição da forma de atribuição do valor económico, em função dos seus direitos. Importa recordar que cada direito corresponde a um hectare e esse valor era atribuído tendo também como base o histórico de produção. No novo quadro comunitário, os produtores terão um valor idêntico para todos por hectare e os direitos terminam. Ou seja, quem recebia mais vai ter uma tendência de descida até 2026, ao passo que quem recebia menos terá uma tendência de súbita até 2026. Desta forma o valor será uniforme e todos vão ter um pagamento à unidade de superfície. Importa ainda referir que no novo quadro comunitário aparecem as ajudas diretas de pagamentos ligados à produção. Contudo, um empresário agrícola, salvo raras exceções, não sabe, nem tem de saber fazer. Por esse motivo, denota-se que há um crescimento na procura de empresas especializadas, ou outras entidades, para analisarem e estudarem a forma mais eficiente de obter valores mais atrativos. É ainda perceptível a deleção da proximidade que existia com os pequenos agricultores. Importa referir que estes não têm acesso aos meios tecnológicos porque não têm formação e são maioritariamente de faixas etárias mais elevadas.

## 5.2 ANÁLISE SWOT SOBRE A AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL NO TERRITÓRIO DO ALENTEJO CENTRAL



### 5.2.1 OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de oportunidades que a seguir se enumeram:

- > Novas tecnologias
- > Preservação do ecossistema do montado
- > Preservação genérica da paisagem do território
- > Quadro comunitário 2020-2027 / PRR
- > Balanço do carbono
- > Apoio à inovação e à eficiência energética
- > Boa rede de entidades científico-tecnológico no território
- > Melhor desenvolvimento da exploração e consequência de melhoria de resultados
- > Certificação de produtos autóctones
- > Necessidade de digitalização do caderno de campo da pequena e média agricultura
- > Aproveitar o vetor estratégico do ambiente no âmbito da não programação de fundos

### 5.2.2 FATORES INIBIDORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de fraquezas no setor que a seguir se enumeram:

- > Tecido empresarial agrícola envelhecido / falta de formação / forte iliteracia
- > Baixa densidade populacional / desertificação / despovoamento
- > Falta de mão de obra
- > Burocracia administrativa (falta de resposta dos serviços de proximidade)
- > Baixos salários
- > Fraca rede viária (mobilidade) e digital (cobertura de rede)
- > Ausência de visão estratégica integrada do território

- > Falta de recursos financeiros para complementar projetos (exceto fundos comunitários)
- > Fraco conhecimento dos territórios por parte de alguns decisores
- > Dimensão empresarial frágil e com fraco acesso aos instrumentos disponibilizados
- > Excesso de legislação para produtores locais
- > Legislação pouco ajustada aos produtores e à produção local
- > Não usar a totalidade dos recursos financeiros existentes
- > Falta de adequação de formação às necessidades e à realidade do território
- > Falta de conhecimento sobre as respostas formativas existentes
- > Dificuldade de acesso ao apoio técnico público para projeto, operação e eventuais candidaturas (pequena e média agricultura)
- > Aversão ao risco

### 5.2.3 AMEAÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de ameaças no setor que a seguir se enumeram:

- > Interpretação/Perceção de que uma superfície maior está ligada a um maior uso de recursos e menor necessidade de investimento
- > Burocracia das medidas e falta de agilização de processos
- > Inflação e falta de produtos
- > Falta de espírito empreendedor e de modelos empresariais de sucesso
- > Riscos da descaracterização da paisagem do território por causa da agricultura intensiva e super intensiva
- > Indefinição e instabilidade do quadro político para o sector
- > Desadequação do sistema fiscal
- > Inacessibilidade capilar ao território
- > Falta de reconhecimento da importância da pequena e média agricultura na região

- > Incapacidade de atração de população
- > Falta de articulação entre as principais instituições do território
- > Alterações climáticas

### 5.2.4 FORÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de forças no setor que a seguir se enumeram:

- > Facilidade de aplicação das agroambientais
- > Facilidade de aplicação por causa das características ambientais
- > Desenvolvimento da área agro-silvo-florestal
- > Autenticidade do território
- > Características edafoclimáticas
- > Produtos endógenos
- > Qualidade de vida
- > Movimento associativo forte
- > Resiliência das pessoas
- > Desenvolvimento integrado de forma sustentável
- > Superfície agrícola do território / dimensão da propriedade
- > Quantidade e diversidade de parceiros do GAL
- > Acesso à água em determinadas áreas (zona Alqueva)
- > Notoriedade/Reconhecimento dos produtos locais e regionais

## 6. INOVAÇÃO SOCIAL

### 6.1 INOVAÇÃO SOCIAL

Segue-se um capítulo sobre a inovação social.

A inovação social diz respeito ao processo de desenvolvimento e implementação de novas ideias, produtos, serviços ou modelos para atender às necessidades ou desafios sociais, através do diálogo entre os setores público, privado e o terceiro setor. Esta pretende melhorar o bem-estar dos indivíduos, comunidades e da própria sociedade como um todo. Por norma envolve a colaboração entre várias partes interessadas, como cidadãos, organizações e o sistema governativo. A inovação social pretende criar impacto social positivo e aborda problemas sociais sistémicos como a pobreza e as desigualdades, entre outras problemáticas. Esta pode assumir diversas formas, como novos modelos de negócios, novas tecnologias ou novas formas de colaboração e parceria.

De uma forma sucinta, a inovação social consiste em encontrar soluções criativas e eficazes para problemas sociais complexos. Estes desafios podem incluir problemas relacionados com a saúde, a educação, o meio ambiente, a pobreza, a exclusão social, entre outros. Envolve abordagens criativas e colaborativas na resolução dos problemas, envolvendo muitas vezes a participação ativa da própria comunidade afetada. Permite uma abordagem aos problemas sociais de forma mais eficiente e eficaz, criando soluções mais adaptáveis às necessidades da comunidade. Esta pode ser aplicada a vários contextos, desde a criação de novas organizações sem fins lucrativos, passando pela implementação de novos modelos de negócio social, até à adoção de tecnologias que promovam a inclusão e o bem-estar social.



### 6.1.1 NOVAS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NA INOVAÇÃO SOCIAL

A inovação social está em constante evolução. Algumas das novas tendências e abordagens de desenvolvimento passam pela colaboração interdisciplinar, através de diferentes áreas de conhecimento e setores da sociedade, permitindo soluções mais eficazes e adaptáveis à complexidade dos desafios sociais que enfrentam.

Tem surgido cada vez mais uma aposta na tecnologia e digitalização. O uso crescente de tecnologias digitais está a impulsionar a inovação no setor social. Desde a criação de plataformas de crowdfunding e de partilha de recursos. Mas também o uso de ferramentas digitais como aplicações móveis ou o recurso a redes sociais.

É também notório que o desenvolvimento da inovação social tem tido uma tendência para que as ações sejam mais centradas nas pessoas, dando uma maior ênfase à sua participação. Ou seja, cada vez se envolve mais a comunidade afetada no processo de criação de soluções para os seus problemas. Desta forma proporciona-se uma maior compreensão das suas necessidades e desafios, criando assim soluções mais adaptáveis à sua realidade. Pretende-se o envolvimento de setores diversificados das partes interessadas para o desenvolvimento de novas soluções mais eficazes e sustentáveis.

Por outro lado, as novas tendências de desenvolvimento na inovação social contemplam novos modelos de negócios sociais. Estes visam a criação de valor social e ambiental, além de poderem gerar algum lucro, quer através da criação de empresas sociais, cooperativas e outros modelos de negócios que tenham como objetivo resolver problemas sociais complexos. Mas também a criação de investimento de impacto que visa investir em negócios ou projetos que geram impacto social e ambiental. E o empreendedorismo social que envolve o uso de princípios de negócios para desenvolver e implementar soluções sociais. A inovação social pode ser utilizada para incentivar o empreendedorismo e o desenvolvimento da economia local em territórios de baixa densidade. Pode inclusive incluir incubadoras de negócios, redes de cooperação empresarial, programas de formação de empreendedores, entre outros.

De uma forma geral, estas são as novas tendências de desenvolvimento que estão a moldar o futuro da inovação social e a ajudar a criar soluções novas e mais eficazes para problemas sociais complexos.

## 6.1.2 NOVAS TENDÊNCIAS DE INVESTIMENTO NA INOVAÇÃO SOCIAL

Algumas das novas tendências de investimento na área da inovação social incluem aspectos como o investimento de impacto. Este envolve investir em negócios ou projetos que geram impacto social e ambiental com retorno financeiro. Tornou-se uma maneira popular de os investidores apoiarem a inovação social e, ao mesmo tempo, obterem retorno sobre os seus investimentos. Esta tendência consiste em investir em empresas, organizações ou projetos que geram um impacto social ou ambiental positivo, além de gerar um retorno financeiro. Os investidores de impacto avaliam o impacto social e ambiental gerado pelo investimento, além dos seus resultados financeiros.

Apesar de não ser inovador ainda existe uma tendência para práticas de filantropia. Ato de doar para causas beneficentes. Esta é uma tendência de investimento de longa data, mas que continua a desempenhar um papel significativo no financiamento de soluções sociais.

Por outro lado, a responsabilidade social corporativa, que passa por esforços de uma empresa para melhorar o seu impacto social e ambiental, está a tornar-se cada vez mais relevante. Esta tendência tem vindo a crescer à medida que mais empresas reconhecem a importância de criar valor social junto com o valor financeiro.

O *crowdfunding* tornou-se também numa prática popular de empreendedores e organizações sociais financiarem os seus projetos e ideias. Esta atuação envolve a arrecadação de fundos através de um grande número de pessoas, normalmente via internet. Esta prática de financiamento é uma alternativa para as empresas que têm dificuldade em obter financiamento por meio de outras fontes.

De uma forma geral, estas tendências de investimento estão a ajudar a financiar e a apoiar a inovação social e estão a criar oportunidades para indivíduos e organizações causarem impacto social positivo.

Importa referir no que diz respeito a iniciativas e programas de apoio, nacional ou comunitário, que tiveram o intuito de estimular o empreendedorismo e a inovação social, na região do Alentejo, houve essencialmente três programas que terão sido bastante marcantes: o programa de iniciativa comunitária LEADER (1990); o programa de iniciativa comunitária EQUAL (2000) e o Portugal Inovação Social (2014/2021). Devido ao seu impacto, abrangência e poder transformador, na região.

## 6.1.3 NECESSIDADES PARA A INOVAÇÃO SOCIAL

A inovação social enfrenta um conjunto de necessidades prementes. Desde logo soluções para a desigualdade social. Esta é uma das principais preocupações da inovação social. São necessárias soluções inovadoras para lidar de forma eficaz com a pobreza, a exclusão social e a falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação.

Por outro lado, as mudanças climáticas e a sustentabilidade. As mudanças climáticas são um dos maiores desafios que a humanidade enfrenta atualmente. A inovação social precisa de se concentrar na criação de soluções sustentáveis que promovam a economia circular, a conservação ambiental e a redução das emissões de gases de efeito de estufa.

Contudo, a saúde e o bem-estar não podem ser descurados. A inovação social tem também de se focar em soluções que melhorem a qualidade de vida das pessoas, especialmente em áreas com acesso limitado a serviços. Por exemplo, na área da saúde inclui a criação de novas tecnologias, soluções de telemedicina e a melhoria do acesso a medicamentos e tratamentos. A educação não é de menos importância. O acesso à educação e o aumento da qualidade do ensino, bem como da melhoria das condições de ensino e de inclusão de populações marginalizadas, também tem de ser considerado. Assim como, a procura de soluções que lidem com os desafios que são enfrentados pelos migrantes e refugiados, incluindo o acesso a serviços básicos, a integração na sociedade de acolhimento e a redução do estigma e da discriminação.

Estas são algumas das necessidades prementes da inovação social. Contudo, há necessidade de investimento para desenvolver e implementar novas soluções para os diferentes desafios sociais. É necessário financiamento que apoie a investigação e desenvolvimento de projetos-piloto e posterior ampliação de inovações bem-sucedidas. Há por isso uma necessidade de colaboração entre as várias partes interessadas, por forma a reunir diferentes perspetivas e conhecimentos para desenvolver soluções eficazes e sustentáveis. Mas também de capacitação. Desenvolver habilidades e conhecimentos necessários para desenvolver e implementar soluções sociais efetivas. E isso passa pelo treino de processos como design thinking (processo de pensamento crítico e criativo que possibilita a organização de ideias), o empreendedorismo e o envolvimento da comunidade. Há de igual forma necessidade de criar um ambiente favorável à inovação social através de políticas que apoiem a inovação, mas também necessita de munir-se de dados que sejam mensuráveis. Criar evidência para apoiar a tomada de decisões e dar alguma garantia de que as soluções são eficazes e sustentáveis.

Isto inclui dados sobre os próprios desafios sociais, bem como sobre o impacto e a eficácia das suas soluções.

De uma forma geral, a inovação social pretende a criação de um impacto social positivo. O investir no financiamento, colaboração, capacitação, no apoio a políticas favoráveis e o recurso a dados mensuráveis e com evidência, pode apoiar o desenvolvimento de soluções novas e eficazes para problemas sociais complexos.

### 6.1.4 APOSTAS DO SETOR PÚBLICO NA INOVAÇÃO SOCIAL

O setor público tem um papel fundamental na promoção da inovação social e na criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento de soluções que atendam às necessidades da sociedade. As suas principais apostas para a sua promoção incluem as parcerias público-privadas. O setor público tem apostado em parcerias com o setor privado para promover a inovação social. Isto permite aos governos aproveitar a experiência e os recursos do setor privado para desenvolver soluções inovadoras que atendam às necessidades da sociedade. Mas também a criação de programas de financiamento e alguns incentivos fiscais para empresas sociais e projetos que geram um impacto social positivo.

Por outro lado, cada vez mais, há o recurso a incubadoras e aceleradoras de inovação social para apoiar a criação e o desenvolvimento de empresas sociais e projetos de impacto social. Estas fornecem recursos e suporte técnico para ajudar a transformar ideias inovadoras em soluções práticas.

De igual forma é importante que o governo tenha iniciativas de dados abertos no sentido de envolver a disponibilização de dados à comunidade para uso no desenvolvimento de novas soluções para os desafios sociais. Os dados abertos podem ajudar a impulsionar a inovação e a colaboração, proporcionando uma plataforma comum para que as partes interessadas trabalhem juntas.

De uma forma geral, estas apostas do setor público demonstram o compromisso em encontrar soluções para desafios sociais complexos. Ao abraçar a inovação e ao fazer parcerias com diversos setores, pode haver o impulso a uma mudança social positiva e a criar um futuro mais equitativo e sustentável.

## 6.2 ANÁLISE SWOT À INOVAÇÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DO ALENTEJO CENTRAL

### 6.2.1 OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de oportunidades que a seguir se enumeram:

- > Necessidade de responder a um conjunto de debilidades sociais do território
- > Reforço do trabalho em rede
- > Relação / parceria com o Centro de Inovação Social
- > Reforço / parceria com as entidades do sistema científico e tecnológico regional
- > Possibilidade de trabalho remoto
- > Recetividade da sociedade para implementação de projetos sociais no território
- > Tradições e cultura alentejana como dinamizador da atividade

### 6.2.2 FATORES INIBIDORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de fraquezas no setor que a seguir se enumeram:

- > Fraca capacidade de articulação entre vários atores / entidades
- > Modelos padronizados de ação
- > Cultura fechada / resistência à mudança
- > Questões políticas / alguma politização na ação
- > Falta de recursos humanos
- > Falta de recursos financeiros / Desajustamento financeiros face à realidade
- > Excesso de burocracia na implementação dos projetos

- > Rede de transportes desajustada
- > Território altamente envelhecido
- > Falta de respostas a um conjunto de debilidades sociais (ex. demências em lares...)

### 6.2.3 AMEAÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de ameaças no setor que a seguir se enumeram:

- > Aumento do envelhecimento sem acompanhamento
- > Despovoamento
- > Baixa natalidade
- > Problemas agravados da saúde por falta de respostas
- > Falta de respostas na área da saúde mental
- > Dificuldade em cativar e reter recursos humanos
- > Dificuldade de respostas na área da habitação
- > Aumento de solidão e aumento de dependência
- > Alterações climáticas

### 6.2.4 FORÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

O grupo identificou um conjunto de forças no setor que a seguir se enumeram:

- > Clima
- > Condições naturais
- > Qualidade de vida
- > Força e organização do sector social
- > Boa rede capilar de instituições de economia social

- > Boa massa critica / profissionais
- > Dimensão territorial (serem mais pequenos é mais fácil na dinamização dos projetos)
- > Excelentes equipamentos na economia social e espalhados pelo território



## 7. AVALIAÇÃO DA INICIATIVA

### 7.1 RESULTADOS DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO SOBRE AVALIAÇÃO DA INICIATIVA

Fazer uma avaliação é fundamental para garantir a melhoria contínua e a eficácia das ações. De igual forma avaliar iniciativas desta natureza permite-nos verificar se os objetivos foram alcançados, bem como identificar oportunidades de melhoria.

Nesse sentido, através de um sucinto inquérito por questionário (Anexo 2), os participantes dos diferentes workshops temáticos foram desafiados a responderem, de forma anónima, a um conjunto de questões, no final de cada sessão. Aqui houve a pretensão de verificar se as diferentes ações foram percebidas como sendo úteis e se atenderam às expectativas dos seus participantes. Houve ainda pretensão de recolher um conjunto de recomendações ou sugestões para iniciativas futuras. Desta forma, é possível ajustar futuros workshops para melhor atender às necessidades e expectativas dos participantes, bem como demonstrar o valor do evento para as partes interessadas.

Ao longo da realização dos quatro workshops temáticos tivemos feedback de 43 participantes, que responderam ao inquérito por questionário, para avaliação desta iniciativa.

À pergunta "Em geral, esta iniciativa correspondeu às suas expectativas?", numa escala de 1 a 5, em que 1 diz respeito a "Não correspondeu" e 5 diz respeito a "Correspondeu totalmente", a esmagadora maioria dos participantes (86,05%) pontuou 4 ou 5. Houve 2 participantes que não responderam a esta questão. Outros 2 participantes optaram por uma pontuação intermédia (valor de 3), e por fim apenas 2 participantes referiram que de alguma forma esta iniciativa não correspondeu às suas expectativas (pontuaram 2).

Todos os participantes do inquérito por questionário de avaliação da iniciativa foram unânimes ao referirem que gostariam de receber os resultados do encontro, bem como gostariam de acompanhar os próximos trabalhos integrados nesta iniciativa.

Quando desafiados a apresentarem sugestões ou recomendações para iniciativas futuras, 37 participantes não apresentaram qualquer tipo de sugestão ou recomendação. Os restantes 6 participantes que apresentaram sugestões ou recomendações para iniciativas futuras, desafiaram a organização a desenvolver mais iniciativas com vista a divulgar mais informações

sobre as medidas de apoio ao investimento, bem como ajuda no seu processo. Por outro lado, um participante referiu a necessidade de haver uma maior frequência na organização de iniciativas deste género.

Quando questionados sobre "Como tiveram conhecimento deste workshop", a esmagadora maioria (36 respostas, de 43 participantes) referiram que foi através de e-mail. Uma percentagem muito residual de participantes referiu que teve conhecimento da iniciativa através do Facebook, Website do MONTE Ace, ou através de outros meios ou iniciativas como reunião de associação, WhatsApp ou contacto direto com o próprio MONTE ACE.

Por fim, e não menos importante, importa referir que a participação foi equilibrada no que diz respeito à distribuição do sexo (20 participantes do sexo masculino e 23 participantes do sexo feminino). No que diz respeito à idade dos participantes, importa referir que houve de diversificadas faixas etárias, sendo que a média de idades se situou nos 47,3 anos de idade. A idade mínima foi de 24 anos e a idade máxima de 73 anos. No que concerne às profissões, estas foram bastante diversificadas, desde técnicos superiores em áreas correspondentes às temáticas que estavam a ser trabalhadas em cada um dos workshops, mas também quadros intermédios ou profissões não qualificadas.



## BIBLIOGRAFIA

- "Alentejo 2030 – Desafiar o Futuro" Contributo regional para a estratégia nacional Portugal 2030 – CCDR Alentejo;
- Estratégia regional De especialização Inteligente EREI 2030 – CCDR Alentejo;
- Estratégia regional De especialização Inteligente EREI 2020 – CCDR Alentejo;
- Plano de Ação Regional 2020 – CCDR Alentejo;
- Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação para o Alentejo Central 2014-2020 – CIMAC;
- Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário
- "Recuperar Portugal, Construindo o futuro" - Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - Ministério do Planeamento;
- Estratégia de Desenvolvimento Local – GAL Alentejo Central;
- Entrevista Padre Lino Maia - Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), no Jornal de Negócio em 5 de Dezembro de 2017;
- "Plano de Ação para a Economia Social" - Comissão Europeia;
- Artigo de Gorgi Krlev, Giulio Pasi, Dominika Wruk, Marika Bernhard na "Reconceptualizing the Social Economy". © Stanford Social Innovation Review 2021

**FICHA TÉCNICA****TÍTULO**

Relatório dos Workshops Temáticos para a Construção da EDL 2030: O Local + Próximo

**AUTOR**

Monte-ACE

**CONSULTOR**

CLÁUSULAS ACESSÍVEIS, LDA.

EQUIPA: Joel Sá (Coordenador) – Gestão de Empresas, Laura Magalhães – Especialista do trabalho social/ Técnica Superior de Educação

**DESIGN**

Sugo Design, Ida.

**DATA**

março 2023

**WEBSITE**

www.monte-ace.pt



ESTRATÉGIA DE  
DESENVOLVIMENTO  
LOCAL  
2030  
ALENTEJO CENTRAL



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu

